

## PEQUENO EXPEDIENTE

(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta sessão ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Convido o Deputado Ulysses para assumir a 2ª Secretaria e o Deputado Nininho para assumir a 1ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS NININHO E ULYSSES MORAES ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Ulysses, peço para fazer a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 9H27MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (ULYSSES MORAES) - Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Ulysses Moraes.

Após lida a Ata, eu a coloco em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam a Ata permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada a Ata. Vai ao expediente.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Deputado Nininho para fazer a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (NININHO) - Não há Expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Nininho.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Projeto de Lei... Eu gostaria de pedir aos Deputados para dispensarem a segunda parte do Pequeno Expediente para nós entrarmos direto na Ordem do Dia. Todos de acordo?

O Deputado Delegado Claudinei está pedindo questão de ordem.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Senhor Presidente, rapidinho, porque eu iria falar na outra sessão, mas aí o Deputado Wilson Santos, que estava presidindo, não observou que eu levantei a mão, mas é coisa rápida, é só para...infelizmente na discussão das moções de pesar.

Primeiramente eu quero também cumprimentar e deixar as minhas condolências ao Deputado Dr. João, a toda a família pela perda do seu irmão.

E a Polícia Civil, senhor Presidente, no último dia 7 de dezembro, também perdeu dois investigadores, o Jailson de Sousa Moura... os dois por infarto, morreram no mesmo dia, o Jailson em Barra do Garças, e o Wilton Silva Delgado morreu aí em Cuiabá, dois falecimentos por infarto, a Polícia Civil de luto.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

E hoje também tivemos uma notícia triste, agora pela manhã, a morte do Thiago, que é filho do grande delegado Marcos Veloso, que foi também vereador por Cuiabá de 2017 a 2020, então, estava com problema cardíaco e acabou falecendo.

E também apresentei uma moção pela morte do monsenhor Jonas Abib, que faleceu agora no último dia 12 de dezembro, o monsenhor Jonas deixa aí um legado, e a comunidade católica do mundo todo está entristecida por essa morte, está de luto por essa morte. Ele foi o fundador da comunidade Canção Nova, que tem a missão de evangelizar, comunicando Jesus e a vida nova que Ele veio trazer. Ele também foi uma peça fundamental, a partir de 1971, no Movimento de Renovação Carismática Católica no Brasil todo.

Então, a gente deixa os nossos sentimentos pela morte... e a moção de pesar pela morte do monsenhor Jonas Abib.

Obrigado, Presidente.

É só isso aí.

**GRANDE EXPEDIENTE**  
**(NÃO HOUE)**

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, vamos para a Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 763/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Max Russi, que dispõe sobre a estadualização do trecho da estrada municipal do assentamento Carrijo, nas margens da BR-070, sentido à Comunidade Carrijo, no município de Poconé. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte.

(EMENTA COMPLETA: DISPÕE SOBRE A ESTADUALIZAÇÃO DO TRECHO DA ESTRADA MUNICIPAL ASSENTAMENTO CARRIJO, QUE INICIA - SE ÀS MARGENS DA BR-070 NO KM 578 (LAT S 15°, 783155 LONG W 56°620548) SENTIDO À COMUNIDADE CARRIJO (LAT S 15°, 848503 LONG W 56°622466), NO MUNICÍPIO DE POCONÉ, E QUE SEGUE FINALIZANDO NA MT-476 (LAT S 15°, 851150 LONG W 56°578296) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 639/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Thiago Silva, que denomina de Rodovia Estadual Ângelo Montanher a Rodovia MT-344/338, na região do município de Primavera do Leste. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente. (LÊ-SE: VAI À 2ª DISCUSSÃO)

Projeto de Lei nº 747/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre obrigatoriedade de instalação de rampas de escape às margens das rodovias estaduais. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Em discussão. Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, o Brasil tem perdido muitos motoristas por falta de adequação nas suas rodovias.

As rodovias federais, de um tempo para cá, começaram a receber essas chamadas rampas de escape. E eu que vou com muita frequência para Chapada dos Guimarães, já vi vários acidentes ali próximo ao Portão do Inferno, que a MT-251 acaba não dando, Deputado Cattani, a oportunidade do motorista se salvar, ter ali uma válvula de escape.

Então, eu estou propondo aqui uma lei estadual que obrigue o Governo do Estado, que tem dinheiro hoje, bastante do Fethab, a fazer essas válvulas de escape nos principais pontos de acidente do estado.

Outro ponto importante de Mato Grosso é a Serra de São Vicente, ali dá dó, ali dá pena de ver os motoristas, principalmente os que não conhecem Mato Grosso, que vêm aqui pela primeira vez, descem ali às vezes com o freio comprometido e não têm alternativa, não tem um espaço de escape.

Então, eu estou propondo que nas rodovias estaduais, que nós possamos dotá-las doravante com essas chamadas rampas de escape.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*, Deputado Wilson Santos. Nós que andamos muito nessas estradas, a gente sabe da importância disso, eu concordo com o senhor.

E me dá aqui o projeto... vamos encerrar a discussão. Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 959/2022, (EM 1ª DISCUSSÃO, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA), que altera a Lei nº 11.488, de 11 de agosto de 2021. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e de Administração Pública, nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

(O SR. PRESIDENTE E O SR. ULYSSES MORAES DIALOGAM - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Projeto de Lei nº 955/2022, (MENSAGEM Nº 179/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO), que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização... da Lavra, Cadastro Único... Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento...

(EMENTA COMPLETA: INSTITUI A TAXA DE CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERÁRIOS – TFRM E O CADASTRO ESTADUAL DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA, LAVRA, EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERÁRIOS – CERM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, como eu havia dito anteriormente, estamos diante aqui de mais um aumento de carga tributária no Estado de Mato Grosso. O governador Mauro Mendes vai ser conhecido na história como o governador que mais aumentou tributos no Estado de Mato Grosso. O grande taxador do Estado de Mato Grosso. O governador que taxou até o sol do Estado de Mato Grosso. Sim, esta vai ser a lembrança que vão levar. E não foi por falta de avisar, avisei diversas vezes e insistiram ainda em reconduzi-lo. E aqui já estão os primeiros sinais: a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

renovação do Fethab, que era temporário, e agora manda para cá um projeto legislativo sem prazo, ou seja, que pode passar a ser definitivo, e agora taxando minérios.

Então, Presidente, manifesto já o meu voto contrário e peço vista dessa matéria, uma vez que ontem na audiência pública ficou muito claro que parecia que o Governo do Estado estava composto por patetas, que não sabiam nem do que se tratava, com todo o respeito, mas aqueles que lá estavam não sabiam explicar a base de cálculo, não sabiam explicar como seria feita a taxação, de que maneira seria feita, como ela seria cobrada, enfim, colocando diversas categorias, diversos níveis, todos no mesmo balaio.

Então, eu manifesto o meu voto contra e peço vista, Presidente, para tentar amenizar isso ao menos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Oscar Bezerra e depois Wilson Santos.

O SR. OSCAR BEZERRA - Senhor Presidente, eu quero aqui expressar também a minha preocupação com relação a esse projeto da mineração.

Primeiro, nós temos... o Estado de Mato Grosso é uma das maiores UPFs que existem no Brasil, se não a maior, ou seja, maior do que o Pará 2.000%.

E se hoje fizer um percentual, uma parcela da UPF dentro da tributação, como está no projeto, será algo assim gigantesco a fatura que vai ser colocada para o setor mineral. Todos os estados que têm hoje a taxação do mineral, seja de qualquer coisa, do ouro, do cobre, de tudo, é excepcionalmente para ter o controle disso aí.

Então, para ter o controle, eu sugiro, e aí nós vamos discutir depois que for devolvida essa vista, em um substitutivo integral, que a gente pegue então, já que o parâmetro é UPF, x% da UPF para ser taxado... E detalhe, existem hoje cooperativas de pequenos e médios produtores de ouro que, se o cara for pagar mais uma tributação, inviabiliza.

Hoje, Botelho, nós temos um ouro a 280 reais, mas amanhã pode ser a 200, e aí vai parar a produção efetivamente do ouro em função de que o estado resolveu taxar de forma exacerbada, gigantesca?

Então, nós temos que rever a questão da porcentagem da UPF, “ah, 10%, 15%, 20% da UPF”, aí é razoável, agora uma UPF sendo a maior do Brasil, eu acredito que pode inviabilizar inclusive novos investidores. A Nexa, que tira cobre e níquel lá de Aripuanã, por exemplo, inviabiliza para uma empresa que trouxe dois bilhões de investimento para Mato Grosso e está gerando milhares de empregos. É uma atenção que a gente precisa ter nesse segmento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, o setor mineral de Mato Grosso é mal conhecido pelas suas autoridades, por nós. O setor mineral de Mato Grosso não tem controle da sua exploração; a exploração sobre os minerais do estado é autodeclarada. O órgão de fiscalização, que é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, não possui, nem de longe, as mínimas condições para exercer essa prerrogativa, não tem sequer um avião, helicóptero, pessoal à altura.

A Agência Nacional de Mineração, antigo Departamento Nacional de Mineração, é uma galinha desossada, é uma falácia a agência, não tem quadros técnicos, não tem equipamentos, viaturas para produzir a mínima fiscalização necessária.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Nós temos concentrado os nossos olhos sobre a produção primária vegetal do estado. Nós temos tido olhos apenas para o chamado agronegócio, deixando de lado o estudo científico, a pesquisa qualitativa da imensidão da riqueza do subsolo de Mato Grosso.

Oxalá, senhor Presidente, oxalá eu esteja correto! Mas o subsolo de Mato Grosso dará aos nossos netos, bisnetos e demais descendentes, empregos, riquezas que o solo nunca deu. O potencial aurífero em Mato Grosso provavelmente é o maior do Brasil. Aqui não tem só ouro, nós temos diamante, nós temos cassiterita, nós temos mica, feldspato, gás de petróleo no Chapadão dos Parecis, níquel, cobre, zinco e dezenas de outros minérios.

Estamos entregando nos próximos dias o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a renúncia e a sonegação fiscal em Mato Grosso. E o Deputado Nininho foi o relator do capítulo sobre mineração, fez um exemplar relatório, um relatório que demonstra a gigantesca sonegação que existe no setor da mineração... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto.

O SR. WILSON SANTOS - Muita gente sonegando impostos nesse setor. E ficando para alguns municípios, Deputado Elizeu, apenas o passivo ambiental, a destruição, vide Peixoto de Azevedo, Livramento e Poconé. É inacreditável o tamanho do buraco que se faz nesses municípios, alguns com mais de 300 metros de profundidade, com mais de 100 metros de diâmetro.

É preciso, sim, taxar a mineração em Mato Grosso. É o setor, é a atividade econômica que menos paga impostos no país, somente o IOF e somente a CFEM.

Parabéns ao governador Mauro Mendes, que também é minerador neste estado, que teve a coragem de acatar a indicação da Comissão Parlamentar de Inquérito... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, eu não poderia deixar de ser justo com o governador Mauro Mendes, que é minerador também aqui na Baixada Cuiabana, e que poderia perfeitamente, como os seus antecessores, não encaminhar essa matéria, se legisse em causa própria, mas o governador foi o primeiro a encaminhar essa matéria. Está de parabéns. Vai ser o primeiro a pagar essa taxa.

Eu só faço um apelo aqui, que essa taxa seja dividida ao meio com os municípios que possuem atividade mineral, não é justo esse dinheiro todo, que na minha concepção, colega Lúdio, vai dar ao estado nos próximos quatro anos aproximadamente um bilhão de reais novos que poderão ser utilizados das mais diversas formas.

Então, parabéns, governador! O senhor marca um golaço, sendo o senhor minerador, tendo coragem de encaminhar a esta Casa um projeto de lei provocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou renúncia e sonegação fiscal neste estado, especialmente... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson, eu quero só fazer um intervalo aqui para pedir para o pessoal aqui de Rondonópolis, pedir para vocês o seguinte: o Deputado Dilmar não vai devolver o projeto hoje, então, vocês podem ir, porque vocês já ficaram muito tempo aqui. Eu agradeço a visita de vocês, em nome de toda a Assembleia, mas realmente não vai ser votado hoje.

Então, vocês podem ficar tranquilos aí e vamos aguardar a devolução do projeto.  
Deputado Cattani.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

O SR. GILBERTO CATTANI - Eu quero pedir pela ordem, senhor Presidente, se ninguém mais vai discutir esse projeto, porque eu também queria falar com o pessoal aí de Rondonópolis das escolas confessionais.

Eu queria parabenizar o Deputado Thiago Silva pela iniciativa e também aproveitar a presença do Dilmar Dal Bosco aqui, como líder do governo, e dizer o seguinte Dilmar: quando o senhor e eu... nossos pais na verdade chegaram a Sinop, só tinha uma escola ali. Em 1977, quando meu pai chegou, era a escola Nilza de Oliveira Pepino; naquela época não havia professores, por causa das famílias e tal, quem cuidava de tudo era a Igreja Católica. Então, as professoras, os professores eram os padres, as freiras, e ali as crianças estudavam de uma maneira muito bacana e também com respeito e dentro da visão da escola confessional.

Eu quero dizer, Dilmar, que se o governo quiser, ele pode, sim, segurar esse setor das escolas confessionais numa sessão à parte dessa lei, para que eles possam de fato ter esse direito, o direito de terem seus filhos onde o pai e a mãe têm a mesma profissão de fé, ou seja, querem que o seu filho também aprenda dentro daquilo que ele quer ensinar para ele em casa e não diferentemente.

Eu só queria colocar isso, dizer a vocês que é muito bom vocês trazerem aqui seus filhos para que aprendam também como é a Assembleia Legislativa, para que eles possam ver como que isso aqui funciona e que também aqui dentro nem sempre é do jeito que a gente quer. E dizer para vocês que se esse projeto vier, o meu voto é favorável para que vocês possam continuar com as escolas confessionais nos seus primeiros anos de estudo, tá?

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O Sr. Wilson Santos - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O senhor já discutiu, Deputado, o projeto.

O SR. WILSON SANTOS - Ah, já discuti... (RISOS) ...Então, pela ordem, então.

Eu, como vice-líder, quero me dirigir ao meu líder, Deputado Dilmar Dal Bosco, eu simplesmente não estou entendendo nada o que está acontecendo, eu estou boiando nessa situação.

Pelo que eu li o projeto, o Deputado Thiago apenas acrescenta uma frase, parece que amarra do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, parece que é só isso (APLAUSOS), e criou uma confusão, um alvoroço, nisso tudo aqui.

Eu também estudei na Escola Adventista de Cuiabá, foram quatro anos que eu estudei, e só estudei porque o pastor concedeu à minha mãe uma bolsa, porque nós não tínhamos condição de pagar o meu estudo em uma escola particular adventista. Depois fui professor também nessa escola.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Dilmar que viesse à tribuna para explicar, porque eu estou me sentindo burro, rude, eu não entendo o que está acontecendo! (A GALERIA SE AGITA.)

O SR. WILSON SANTOS - Eu gostaria de entender, Presidente, o que é que está acontecendo com esse projeto, porque simplesmente... inclusive tem uma mensagem do arcebispo... tem uma mensagem do bispo de Rondonópolis, até o bispo se manifestou, até o bispo veio a público pedir, fazer um apelo.

Então, Deputado Dilmar, por gentileza, vá à tribuna e explique para nós o que está acontecendo.

(A PLATEIA SE PRONUNCIA: FALA! FALA!)

O SR. WILSON SANTOS - Não, não, Deputado! Eu quero entender só, eu não quero expor o senhor, eu quero que o senhor explique para nós o que está acontecendo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Eu li o projeto, eu li a lei, é apenas um parêntese que vai ser colocado. O que é que isso onera financeiramente o estado? O que isso acrescenta de atividades, de responsabilidades para o estado? Porque de repente o senhor nos convence aqui, e nós votamos contra.

Eu não consegui entender, Presidente Botelho, eu não consegui entender o que é que essas pessoas que saíram de madrugada de não sei de onde, de Rondonópolis, Jaciara, de não sei onde, vieram aqui e vão voltar para casa como se fossem... E são essas pessoas que pagam o nosso salário aqui dentro. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS - Eu só quero entender isto: o que é que está pegando nesse projeto. Estou pedindo ao Deputado Dilmir, que é o nosso líder, que explique.

O SR. NININHO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Nós estamos... Deputado Nininho. Eu vou passar para a Janaina depois. Nininho.

O SR. NININHO - Senhor Presidente, colegas Deputados.

Com relação a essa questão do redimensionamento, eu fui procurado esses dias por vários pais e professores das nossas escolas religiosas. E, sem dúvida, há um clamor dos pais, das famílias, haja vista a qualidade de ensino nessas escolas que realmente têm demonstrado que o Ideb, a própria escola La Salle, que eu quero parabenizar todos os professores, tem o maior Ideb do estado.

Eu acho, Wilson e Thiago, eu até havia iniciado uma conversa com o nosso secretário Alan, e eu acho que isso tinha que levar para a mesa e procurar achar um critério, trazendo o prefeito junto, que é quem hoje está segurando essa questão, também com preocupação de arrecadação, e isso não vai representar, é insignificante para a receita do município, e tentar achar um encaminhamento para que todas as escolas religiosas tenham um prazo maior para que seja implantado esse redimensionamento.

Então, eu acredito que teria que ter essa conversa com o secretário para a gente poder achar um encaminhamento e uma solução, porque da maneira que está aqui, o governador adotou o critério, o redimensionamento, e teria que ter o entendimento, são dez, doze escolas dessas no estado, e nós procurarmos fazer um encaminhamento para esse redimensionamento ser aplicado ao longo de dois, três, quatro anos, até para que as famílias possam se adequar melhor, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou passar para a Deputada Janaina e depois para o Deputado Elizeu.

Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, eu quero referendar o que foi dito aqui pelos colegas, a escola La Salle tem uma história pelo nosso estado, aliás todas as escolas confessionais merecem, sim, o apoio da Assembleia para buscar o melhor caminho para a gente solucionar esse problema e atendê-los gradativamente e assim também respeitar o redimensionamento que está sendo feito no estado todo.

Então, parabéns aos colegas pela iniciativa.

E, Presidente, eu quero falar da mineração, porque a gente estava falando sobre esse projeto, houve uma interrupção, queria dizer a Vossa Excelência que eu concordo muito com o que foi dito pelo colega Deputado Oscar Bezerra, e ele fala com a experiência também de quem já atuou na mineração. Essa preocupação que nós temos com os empregos gerados pela mineração em todo o estado é realmente o que tem nos movido a trabalhar e a nos debruçar em cima do projeto que acabou de chegar dentro da Casa.

Então, esse pedido de vista - aliás eu quero também fazer o pedido de vista e que fique registrado em ata - é exatamente para a gente debater com a base, porque mineradores não são

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

criminosos, Presidente, a gente está tratando aqui de mineradores formais e legais, pessoas que trabalham, que geram emprego, geram renda.

Aliás uma coisa que deve ter nesse projeto, Presidente Botelho, é um percentual direcionado à fiscalização dos garimpos ilegais no Estado de Mato Grosso, que são eles que desvalorizam, não só o preço hoje da mineração no nosso estado, mas inclusive que trazem prejuízos ambientais gigantescos para o Estado de Mato Grosso, no cenário de desequilíbrio jurídico. Então, a gente tem que lutar por aqueles que estão legais e que são geradores de emprego e que não são criminosos.

Então, a mineração hoje em Mato Grosso - diferente do que foi dito anteriormente - é extremamente fiscalizada, tem um acompanhamento fidedigno.

Como eu disse aqui para Vossa Excelência, nós temos aí milhares de empregos gerados. Eu visitei nas eleições o grupo Fomentas, por exemplo, e só no grupo Fomentas são mais de mil colaboradores mato-grossenses. Então, não é pouca coisa.

Eu acho que a gente precisa, sim, avançar, é justo que haja uma taxa, não acho que seja injusto, mas tem que ser muito bem conversado, como disse o Deputado Oscar, para que nós não possamos, vamos dizer, perder os empregos já conquistados e os avanços que nós já tivemos na mineração mato-grossense.

É o negócio do futuro, merece evoluir, merece o acompanhamento da Assembleia, mas nem de longe hoje é algo sem controle como foi dito anteriormente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados.

Eu venho aqui, Presidente, reforçar o que alguns colegas que me antecederam... em relação ao projeto das escolas confessionais, e venho, senhor Presidente, reforçar o pedido ao nosso líder do governo para que possamos votar, Deputado.

(A GALERIA SE PRONUNCIA: VOTA! VOTA!)

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Acredito que, reforçando, não há prejuízo nenhum financeiro ao estado ou qualquer coisa parecida.

Acredito que questão ideológica... é questão de potencializar o estado a investir mais naquilo que está dando certo e não muitas vezes transmitir uma responsabilidade a algo que irá ficar vulnerável.

E eu até reforço ainda que hoje o Estado de Mato Grosso se encontra economicamente com uma potencialidade muito grande em investimentos na área de educação, isso a gente tem presenciado, tem apoiado o governo e a Secretaria de Educação. Mas eu acredito que esse projeto, em respeito a essas pessoas que viajaram de tão longe, que vieram de Rondonópolis com crianças aqui presentes, lutando pela aprovação desse projeto, a escola La Salle, a escola Santo Antônio, escolas estaduais, a gente pede, Dilmar, que sensivelmente bote o projeto para votar e vamos aprovar o projeto em apoio ao Deputado Thiago Silva. (APLAUSOS)

O SR. THIAGO SILVA - Pela ordem, senhor Presidente.

Senhor Presidente, mais uma vez eu quero aqui pedir ao nosso presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que relata, que aprecia esse projeto... Esse projeto é muito importante, porque define o futuro dessas crianças.

Eu fui na galeria ali agora... uma mãe mostrando o vídeo do filho dela que saiu quatro horas da manhã e estava chorando porque não quer sair da sua escola, a escola La Salle.

Isso está acontecendo diariamente lá no município de Rondonópolis, as crianças estão revoltadas, estão tristes, porque as escolas que elas estudam são escolas de qualidade. E eu vi a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

fala do secretário Amauri esses dias, que ele foi lá na escola Sagrado Coração de Jesus, na audiência pública, ele falando que o estado visa a melhoria da qualidade do ensino. Mas aquilo que o estado quer, Deputado Wilson Santos, já está acontecendo nessas escolas, hoje a média do Ideb no Estado de Mato Grosso é 5,8, aí você pega o Ideb da escola La Salle, 7,3, aí você pega o Ideb da escola Sagrado Coração de Jesus, 7,1, da mesma forma a escola Santo Antônio, a escola São José Operário, a escola Souza Bandeira, a escola São Francisco em Jaciara.

Então, nós precisamos olhar com muito carinho essa situação. Esses prédios pertencem às igrejas, às instituições religiosas, a lei de 1997 estadualizou essas escolas. Então, a gestão tem que ser de forma compartilhada, de forma colaborativa.

Então, o que nós estamos defendendo aqui? O ensino de qualidade. Essas escolas já mostraram, e eu quero aqui parabenizar todos professores e todos os diretores, que esse modelo de educação está dando certo. Não adianta a gente ir lá no Ceará, a gente ir no Espírito Santo, trazer modelos de educação, se nós temos aqui exemplos que estão dando certo aqui no Estado de Mato Grosso! (APLAUSOS)

O SR. THIAGO SILVA - Então, em alguns momentos, está precisando mais humildade para que realmente a gente possa resolver os problemas tão simples do nosso estado.

O secretário Alan está fazendo um bom trabalho aqui, está melhorando muito a educação, mas fica a preocupação desses pais, que muitos deles não querem tirar os seus filhos dessas escolas, porque têm uma estrutura modelo, com todo o material pedagógico, avançou muito, o estado tem melhorado. E agora passar para o município, que... E muitos pais até relataram, o próprio sindicato relatou lá na última audiência pública que eu fui, que às vezes está faltando papel higiênico nessas escolas que as crianças... papel higiênico e água.

E aí eu fiquei abismado com alguns relatos de alguns pais, porque as crianças estavam indo... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para concluir.

O SR. THIAGO SILVA - Porque as crianças estavam indo para o prédio da Defensoria Pública, para fundo de igreja, para salão alugado, está tirando de uma estrutura apropriada, já existente, para colocar de qualquer forma nesses locais. “Ah, o município vai se adequar, o estado está repassando algumas escolas para o município”, mas até fazer toda essa adequação, nós precisamos de prazo.

É por isso que nós estamos trabalhando para que seja aprovado esse projeto e esse redimensionamento seja feito de forma gradativa, assim como está sendo feito aqui em Cuiabá, no Souza Bandeira, que é uma escola religiosa, por que não faz no município de Rondonópolis? Assim como está fazendo na escola São Francisco, lá em Jaciara, de forma gradativa, por que não faz assim lá na escola La Salle, na escola Sagrado Coração e São José Operário?

Então, senhor Presidente, nós precisamos muito que esta Casa realmente mostre a toda a população, a esses pais que saíram de madrugada de Rondonópolis para virem aqui reivindicar o seu direito, nós precisamos mostrar que realmente nós estamos preocupados com a educação de qualidade.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu quero colocar aqui o seguinte... Eu vou passar para o Deputado Oscar já. Só para encerrar... Oscar, você não vai falar sobre a mineração, né?

O Sr. Oscar Bezerra - Não.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu quero encerrar o da mineração, no da mineração eu já concedi vista para o Deputado Ulysses, Deputado Barranco, Deputado Cattani e Deputada Janaina.

Eu quero fazer uma sugestão para que a gente faça um trabalho bem... eu acho que nós temos que debater bastante essa questão da mineração, mas uma das coisas que nós temos que taxar são os exploradores, aqueles que pegam a reserva do solo, requerem, só para ficar com ela na gaveta para esperar os outros pesquisarem e depois vir cobrar para ganhar dinheiro em cima.

Essas pessoas... que essa legislação federal que criou isso, é terrível para o estado, e eles têm que pagar. Se quer ficar com papel, guardando dentro da gaveta, que ele pague também, Wilson, para o estado.

Então, é isso. E essa votação está encerrada.

Eu vou conceder questão de ordem para o Deputado Oscar Bezerra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Obrigado, Presidente.

Eu também não poderia deixar de registrar aqui a posição do Deputado Faissal, que estou na condição de suplente, e a minha condição também de Deputado em exercício, a de que time que está ganhando não se mexe, é a minha posição e será assim que nós vamos caminhar na votação. (APLAUSOS)

O SR. OSCAR BEZERRA - Enfim, mas o assunto que me traz a esta tribuna é para de certa forma cumprimentar aqui os conselheiros do Tribunal de Contas, o Antônio Joaquim, José Carlos Novelli, Valter Albano, Waldir Teis e Sérgio Ricardo.

E dizer que neste país, infelizmente, algumas pessoas mal-intencionadas, em especial nesse caso, um facínora, um réu confesso, simplesmente joga no ventilador o nome de pessoas sérias, corretas, como os que eu citei aqui, e de várias outras pessoas.

E aí ontem veio culminar, Wilson Santos, no arquivamento, o pedido de arquivamento do inquérito que nasceu na Operação Malebolge, que afastou os conselheiros do Tribunal de Contas por um instrumento de delação que neste país virou algo que simplesmente livra os bandidos de serem penalizados pelos crimes que cometeram. É simples assim, o cara propõe uma delação premiada, vai lá e aponta centenas de pessoas sem nenhuma prova e está livre. Roubou um bilhão, devolve 90 milhões, está livre, ou seja, o instrumento de delação premiada, que é legítimo neste país, virou simplesmente a forma de dizer “olha, você cometeu um crime, vamos agir dessa forma para inocentar você; de agora em diante, você é o bom, você é o certo e todo mundo que você acusou é o bandido.”

Então, eu quero aqui que fique registrada no Parlamento Estadual a minha indignação.

E agora eu sugiro para os conselheiros do Tribunal de Contas, que a lei também mudou, que eles possam agora representar os seus acusadores, porque eles precisam responder, simplesmente responder na Justiça pelos atos arbitrários que fizeram contra essas pessoas.

É isso, senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Muito bem, Deputado Oscar, a sua fala é a reposição do direito, é a reposição da verdade para aqueles que foram injustiçados por delações sem provas e sem fundamento nenhum.

Olha, só uma observação. Eu acabei de receber uma orientação jurídica, que no caso da taxação do ouro, Deputado Wilson, Deputado Barranco, Deputado Lúdio, Deputado Ulysses,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Deputado Nininho, nós não podemos fazer a noventena, teria que ser a anualidade. Então, nós teríamos que votar ainda, agora, neste ano.

Então, vamos nos debruçar em cima dele para ver se nós terminamos até sexta, se não terminarmos, nós ficamos na segunda, mas nós vamos ter que... Eu peço para os Deputados que estão imbuídos nessa discussão, Deputado Wilson Santos, Deputado Dilmar, Deputado Nininho, que têm sugestões, Deputado Lúdio, Barranco, Ulysses, entrem em cima disso para nós fecharmos esse projeto, encerrarmos ele, Deputado Wilson, e votarmos ainda neste ano, que o pior de tudo é ficar sem cobrar nada em cima disso. É algo que todos nós queremos. Ninguém aqui quer que fique sem taxaço esse setor que fatura muito e destrói muito o meio ambiente, os impactos dele no meio ambiente são terríveis, são cruéis, são irreparáveis. Então, precisa pagar alguma coisa, e a hora de fazer isso é agora.

Então, eu vou conceder... Deputado Nininho.

O SR. NININHO - Obrigado, Presidente.

É realmente com relação a essa pauta.

Nós temos uma lei federal que dá o direito de o cidadão fazer o requerimento de subsolo sem limite, requer aí 500 mil, 100 mil, mil hectares, sei lá, e fica sentado em cima, renovando todo ano, não paga nada, só renova o direito de subsolo, e aí o proprietário da área não pode explorar nada, porque o direito é de quem requereu, e o estado é lesado também, porque não arrecada nada.

Então, eu sugiro... essa taxa é de grande relevância, vai taxar muitas multinacionais que requerem o subsolo do nosso país e que é muito cômodo, porque não custa para requerer.

Então, nós temos, sim, que elevar essa taxa para que o estado tenha uma recompensa para investir no social, investir na infraestrutura do nosso estado.

É isso que eu sugiro aí, que essa alíquota seja aumentada, já discutimos com o nosso líder e nós vamos aprovar, sim, que nada mais é do que fazer justiça com o nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok, Deputado Nininho, tem o meu apoio integral para isso.

Projeto de Resolução nº 900/2022, (EM 1ª DISCUSSÃO, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA), que altera dispositivos do anexo I da Resolução nº 677, de 20 de dezembro de 2006, que aprova o Regimento Interno da Assembleia. O parecer é favorável da Comissão Especial nos termos do Substitutivo Integral nº 1, acatando as Emendas nº 7 e 8, restando prejudicadas as Emendas nº s 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Lei nº 962/2022, Mensagem nº 183/2022, (EM 1ª DISCUSSÃO, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO), que abre nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito adicional suplementar no valor de 562 milhões, 437 mil, 349 reais, 79 centavos para reforço de dotações constantes na Lei nº 11.666, de 10 de janeiro de 2022 - Lei Orçamentária Anual. O parecer é favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão.

Concedo a vista de 24 horas para o Deputado Ulysses Moraes.

Projeto de Lei nº 963/2022, Mensagem nº 184/2022 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO), que abre no Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 04.501 para a MT Participações e Projetos S/A - MT PAR, crédito adicional suplementar no valor de um bilhão de reais para reforço de dotação constante na Lei nº 11.666, de 10 de janeiro de 2022 - Lei Orçamentária Anual.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Em discussão. Para discutir, Deputada Janaina Riva.

A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA - Presidente, eu só gostaria de comemorar a possibilidade de agora, a partir do mês de março, nós vemos iniciar no Estado de Mato Grosso a duplicação da BR-163.

Quem utiliza hoje a BR-163 no Estado de Mato Grosso sabe do risco e sabe hoje o quanto é perigoso trafegar na BR-163. É muito caminhão, e é constante vemos mortes de famílias, crianças, que estão indo nessa estrada que deveria ter sido duplicada pelo Governo Federal há muito tempo, pela Odebrecht, e não foi.

E o Governo de Mato Grosso, de forma corajosa, a quem eu quero aqui parabenizar, traz para o MT-PAR a concessão que está sendo adquirida pelo Governo do Estado para que a obra de duplicação seja realizada.

Então, essa é uma ação que deve ser comemorada pela Assembleia, porque isso foi motivo de muita cobrança aqui e de muitas vidas que foram ceifadas na BR-163 sob a irresponsabilidade da Odebrecht e a falta de cobrança também do Governo Federal. Esse um bilhão de reais vai ser para duplicar a BR-163, que vai trazer mais segurança para o mato-grossense.

Então, eu quero, Presidente, comemorar essa iniciativa. É justo, é necessário, porque muitos podem até andar por aí de avião, mas a população humilde, o trabalhador, o caminhoneiro, ele anda de carro, ele anda na estrada.

E muita gente disse, Botelho, “ah, mas isso não é problema de Mato Grosso, é problema do Governo Federal”, quem está morrendo ali é mato-grossense, então, é problema nosso sim. E se o estado tem dinheiro tem que investir lá também.

Então, eu quero parabenizar pela iniciativa.

E, Botelho, aproveito aqui, junto ao Deputado Oscar Bezerra, para parabenizar Juara, que hoje faz 41 anos de emancipação.

Eu nasci em Juara em 1989, 33 anos atrás, quase 34 anos no ano que vem, e a nossa cidade vem crescendo muito, graças aos produtores e políticos também, Oscar, assim como você, meu pai e outros que passaram por Juara e que fizeram a diferença em nosso município, agora um município polo de produção do Estado de Mato Grosso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Deputado Xuxu.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Botelho, em seu nome, eu quero agradecer a cada colega Deputado, à Assembleia, que se uniu em prol da retomada das obras da duplicação da BR-163.

Nós estivemos aí várias vezes junto ao Governo do Estado, junto ao Governo Federal, estávamos trabalhando em duas frentes, uma intervenção federal de fato e a outra para o Governo do Estado assumir essa grande obra que é a espinha dorsal da infraestrutura brasileira. Mas principalmente é a obra que garante a segurança alimentar do Brasil e do mundo e dá, por questões humanitárias, condições de toda a região que mais produz no mundo continuar desenvolvendo, que é o eixo da BR-163.

Então, sem delongas, estamos trabalhando, estou muito feliz, estou com o ar de missão cumprida, mas vamos só parar quando toda a obra for concluída.

Então, Botelho, quero agradecer a você, que sempre deu apoio, à Assembleia, estivemos recentemente em reunião com o presidente do Banco do Brasil, estamos superando a cada mês uma dificuldade. E eu quero aqui, em nome do Governo do Estado, do vice, do secretário Gallo, agradecer também ao Governo do Estado, à equipe da ANTT, ao Governo Federal, em nome do ex-

ministro Tarcísio, do presidente Bolsonaro, a todos que resolveram se unir para resolver um problema que infelizmente devido à corrupção gerou todo esse transtorno.

Então, que essa história da BR-163 fique no passado e que a impunidade acabe neste país, a gente não consegue acreditar, mas a gente luta por isso, e que isso fique no passado.

E que os nossos irmãos caminhoneiros, e todos nós, como eu e outros tantos que vivem ali na região da BR-163, possam ter mais condições e que acreditem mais no trabalho dos órgãos públicos, do dinheiro do seu imposto, porque vale a pena acreditar.

Estamos juntos.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Então, eu quero agradecer ao Deputado Ulysses Moraes que tinha pedido vista, mas também entende a importância da BR-163, devolveu a vista.

E nós vamos encerrar a discussão e colocar em votação. Aqueles que concordam com o parecer permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

### **EXPLICAÇÃO PESSOAL**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não temos mais nada para ser votado no dia de hoje, vamos para a Explicação Pessoal.

Olha, pessoal de Rondonópolis, mais uma vez eu quero pedir desculpas para vocês, mas nós realmente temos que trabalhar de acordo com a lei e o Regimento Interno, e o Regimento Interno dá a prerrogativa para o Deputado.

Então, não vai ser votado, vocês... (A GALERIA SE MANIFESTA - PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mas vai ser um sofrimento muito grande para vocês... Eu acho assim, vocês podem ficar, aqui é a casa do povo, não tem problema nenhum, mas eu acho assim um sofrimento, vocês fiquem aí... (A GALERIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Beleza.

Então, eu vou passar para o Deputado... Eu gostaria até de ver... Deputada Janaina, você poderia assumir aqui? E eu vou conceder uma hora para o Deputado Wilson. (RISOS)

O Sr. Wilson Santos - Por que só isso, Excelência? (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Pessoal, só lembrando, amanhã nós temos sessões e nós temos que votar a mineração.

Por favor, vocês que estão debatendo, que têm interesse... Deputado Lúdio, Deputado... vocês que gostam... discutam isso e nós temos que aprovar este ano. Não podemos deixar sem aprovar, sem cobrar é o pior de tudo, está bom?

Então, por favor, discutam isso e vamos aprovar isso.

Deputado Wilson Santos.

Deputada Janaina, por favor, assuma aqui.

(A SR.<sup>a</sup> JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Muito obrigado, Presidente Janaina Riva.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Olha, eu, do alto dos meus 61 anos de idade, iniciando em fevereiro o décimo mandato, já vi coisas, mas esta que a comunidade ordeira de Rondonópolis está vivendo, eu nunca vi no Parlamento até hoje. Inacreditável! Vai para o meu caderninho de absurdos!

(A GALERIA SE MANIFESTA: VOTA! VOTA!)

O SR. WILSON SANTOS - Mas, senhor Presidente, eu quero falar um pouquinho sobre a mineração no Estado de Mato Grosso.

(A GALERIA SE MANIFESTA: VOTA! VOTA!)

O SR. WILSON SANTOS - Mato Grosso foi nos seus primórdios ocupado pela preação dos nossos irmãos indígenas e pela mineração. E a mineração acabou sendo a principal atividade econômica exercida naquela porção que pertencia à então Capitania de São Paulo e Minas, e, a partir de 1720, à Capitania de São Paulo. E somente 28 anos depois, em 1748, é que o rei D. João V de Portugal, através de uma carta régia, de 09 de maio de 1748, decide criar a Capitania de Mato Grosso, separando essas terras da então capitania, da gigantesca Capitania de São Paulo.

E a atividade econômica mais importante aqui durante muito tempo foi a atividade mineral, foi a atividade aurífera, a exploração do ouro em Cuiabá, do ouro em Vila Bela, do diamante em Diamantino, do diamante em Chapada, do diamante em Poxoréu, do diamante em Alto Graças, Poxoréu e essas regiões todas.

E hoje, senhor Presidente, três séculos depois, do início da ocupação de Mato Grosso, o governador Mauro Mendes corajosamente encaminha a este Parlamento um projeto de lei taxando o setor mineral. Já não era sem tempo, senhor Presidente. É um setor, que eu repito aqui, muito importante para o Estado de Mato Grosso, mas um setor que precisa ser acompanhado mais de perto, receber uma fiscalização. Temos mineradores exemplares, inclusive, alguns já recebendo premiações internacionais, mas ainda temos centenas de garimpos ilegais em Mato Grosso. E essa ilegalidade, quando questionados os seus responsáveis, eles alegam basicamente que é a burocracia estatal. A burocracia da Secretaria Estadual... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS - Alegam que é a burocracia. E eu concordo com eles.

A Sema precisa desburocratizar. A Sema precisa de mais servidores, de mais automóveis, de mais computadores, de mais equipamentos para que ela possa ser rápida, ágil, não só na liberação dessas lavras para garimpagem como na fiscalização também da produção.

Esse é um tema que eu lamento, Deputada Janaina, é um tema que nós tínhamos que ficar aqui horas e horas debatendo, não é tão simples, não pode ser tão superficial. Nós trabalhamos juntos aqui na CPI quase quatro anos, inclusive os mineradores que vieram depor, todos eles foram simpáticos à taxaço, desde que seja algo equilibrado, nada escorchante, que não seja uma derrama, mas que seja uma taxaço equilibrada, prudente, justa.

Agora, nós temos que respeitar o princípio da anterioridade, como eu havia chamado a atenção aqui, então nós temos que aprovar este ano se o governo quiser passar a receber a partir do ano que vem.

Então, eu quero aqui agradecer ao setor mineral, aos empresários do setor que agem de maneira correta, respeitosa, é um desafio enorme esse setor. E eu sempre digo aqui, é um setor que pode dar a Mato Grosso muito mais empregos, muito mais dividendos do que o próprio agronegócio, a riqueza que nós temos em nosso subsolo é incalculável, é inimaginável, Deputada.

Vossa Excelência, que tem inclusive um tio que atua nessa área, que teve a coragem, assim que foi convidado, compareceu à CPI, no dia e hora marcados, e disse claramente que ele acha também que é um setor que sonega muito.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

Então, eu gostaria de voltar a esse tema mais à frente, Deputada, e que a senhora também pudesse, de forma madura como a senhora se posicionou agora há pouco nesta tribuna aqui, nos ajudar a construir uma legislação justa. E inclusive que reparta essa taxa com os municípios, porque não é justo o estado ficar com esse dinheiro todo. É um absurdo!

Obrigado.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Essa discussão, Deputado Wilson, é interessante, e é bom a gente aproveitar aqui a presença do Deputado Oscar Bezerra, que entende do setor, está dentro do setor, e está aqui substituindo o Deputado Faissal e pode contribuir muito com a discussão da Casa.

Então, o Deputado Oscar está sugerindo - não é, Deputado Oscar? - uma reunião amanhã... Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. OSCAR BEZERRA - Obrigado, Presidente Janaina Riva.

Por exemplo, a taxa do CFEM, só para as pessoas entenderem... Wilson, a taxa do CFEM 60% são dos municípios, 15% para os municípios afetados pela operação garimpeira, 15% do estado e 15% da União. Aí tem a taxação das PLGs, é o IOF do ouro, que é 70% para os municípios e 30% para o estado.

Então, nós temos que ter muito cuidado para não dar bitributação ou tritributação, porque já está cobrando em vários pontos, e o estado está ganhando alguma coisa, ou seja... então a PLG rapa fora.

Mas toda a linha de defesa nossa é que os cooperados, que são pequenos mineradores, sejam amenizados nessa situação, ou a gente faz linearmente uma quantidade de ouro, “ah, o operador que está... até tantos quilos emitir de nota fiscal começará a pagar...” alguma coisa nesse sentido.

Mas a minha preocupação maior, Wilson, é que nós temos a UPF mais cara do mundo, e essa UPF... se for taxada em cima da UPF, ela vai ficar extremamente inviável ao setor mineral. Então, nós temos que ter... vai ser 20% da UPF e a taxação em cima de 20% da UPF.

O Sr. Wilson Santos - Permita-me um aparte, Excelência.

O SR. OSCAR BEZERRA - Claro.

O SR. WILSON SANTOS - É muito importante o que o senhor está colocando aqui, não podemos matar a nossa galinha dos ovos de ouro. Esse é um adágio popular que cai muito bem neste momento, não podemos e não vamos fazê-lo, o que o governo está propondo é minimamente, minimamente.

Eu vou dar um exemplo para o senhor. Sobre a cassiterita, se eu não estiver equivocado, é 0,003. Só um exemplo, sobre o calcário, eu defendo a taxação sobre o calcário, esse papo de que o calcário vai encarecer o setor do agronegócio é conversa fiada, e aí eu discuto em cima de números, de matemática.

Em Mato Grosso, no ano passado, foram extraídos 11 milhões de toneladas de calcário, 11 milhões de toneladas. O que eu estou propondo, a minha emenda é 0,003, isso dá, Deputado Oscar Bezerra, 66 centavos por tonelada de calcário. O que que é isso? Será que o produtor não pode pagar 66 centavos, Deputada Janaina? Não é 66 reais, não! Eu estou propondo 66 centavos.

Com isso, o governo colocaria nos cofres 7,26 milhões, por ano; vezes quatro, 30 milhões em quatro anos.

O faturamento do calcário em Mato Grosso é 400 milhões/ano, de 400 milhões estamos propondo que pague 7,2 milhões só. Isso para os municípios é importante, vai ajudar muito, asfaltar mais estradas, a fazer um grande programa habitacional no estado, levar asfalto àquela região

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

do Guariba, aquela região de Colniza que é a mais distante, a mais sofrida, a mais esquecida, a última região, a última fronteira a ser urbanizada... (TEMPO ESGOTADO)

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado João Batista é o próximo inscrito.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Presidente Deputada Janaina, eu queria só aproveitar aqui estes momentos finais da sessão, vou apresentar na próxima sessão uma moção de aplausos a um profissional da segurança pública, o policial penal Abel Fraga.

Nós tivemos um acidente grave agora pela manhã, Deputada Janaina, aqui no centro de Cuiabá. E nesse acidente um pedestre foi atropelado por um ônibus e, por pouco, não perdeu o braço ali; foi um acidente bastante grave e que se não tivesse um atendimento emergencial, aquele pedestre poderia ter perdido a vida. Utilizando uma técnica chamada APH, Atendimento Pré-Hospitalar, que é uma técnica desenvolvida em Israel, e hoje é aprendida pelos profissionais de segurança no Estado de Mato Grosso, esse policial penal Abel conseguiu dar o atendimento inicial àquele pedestre, fazendo com que ele fosse a tempo, conseguisse ser socorrido a tempo ali.

Então, é um profissional que eu conheço há quase vinte anos, estritamente preparado, qualificador inclusive de boa parte dos policiais, não só policiais penais, pessoal de Corpo de Bombeiros, outras forças de segurança, inclusive a federal.

E quando chegou essa técnica de APH aqui no Estado de Mato Grosso, nós fomos procurados aí na Assembleia Legislativa para que a gente remanejasse recursos para aquisição desses kits de APH, que têm sido utilizados, Presidente Janaina, isso quando em combate das forças de segurança, quando em acidentes de trânsito, em atividades rotineiras. Nós temos visto aí os profissionais de segurança salvar vidas em todas as áreas, seja durante o seu trabalho rotineiro ou até mesmo ali ajudando quando há um acidente.

E esse de hoje, realmente deu para mostrar que as técnicas que são ensinadas aos nossos profissionais de segurança salvam vidas, diferente daqueles que imaginam que os nossos policiais estão aí apenas para afrontar, eles estão aí para salvar vidas, e essa demonstração do Abel hoje nos enche de orgulho. E eu vou apresentar essa moção de aplausos para o policial penal Abel e a todos aqueles que se importam, que se interessam, que se qualificam para salvar vidas.

E é isso que tenho a apresentar, Presidente, e dizer que na próxima sessão eu apresento. E parabéns não só aos que fizeram os cursos de APH, mas àqueles instrutores, aqueles que se esforçaram para trazer essa técnica para os nossos profissionais aqui no Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Presidente.

E está bastante proveitosa a discussão aí da taxaço da mineraço. O Deputado Wilson faz horas que vem batendo na CPI, eu acho que vai conseguir tirar uma colherzinha da mineraço do Estado de Mato Grosso.

Um abraço a todos aí. Parabéns pela discussáo.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Muito bem, Deputado João Batista.

O próximo inscrito é o Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Obrigado, Deputada Janaina.

Só para finalizar e contribuir com esse debate, eu queria aqui como produtor rural informar a todos que o produtor é só um repassador.

Então, se colocar mais um imposto no calcário, quem vai pagar é o consumidor final, é o contribuinte, é a comida que vai ficar mais cara. E calcário é essencial para produzir no cerrado, essencial, fundamental, é agricultura familiar, é o pequeno, é o médio, é o grande, é todo mundo. E nós já temos o Fethab, que é muito pesado, ITR, vários outros impostos, ICMS, IPI, nós temos um

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA (REMOTA) DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2022, ÀS 12H47MIN.**

---

monte de impostos cobrados na agricultura, diferente do que alguns falam que não paga nada, tá? Mas a verdade é que no Brasil até para nascer paga imposto.

Então, nós temos que ter responsabilidade, a questão aí não é falar de taxaço, nessa questão mineral, que é outra questão importante, todas as cadeias produtivas têm que ter tributos, e a mineração realmente, entre todas que nós temos no estado, é a que precisa ter uma correção. E aí temos que cobrar o que é justo, eu concordo muito com que o Deputado Oscar falou, nós temos aí a UPF, então temos que ter responsabilidade.

Eu queria também, mandei no grupo aqui, estou com o sinal ruim, a questão do pedido de vista, Janaina, junto com os demais colegas. Eu acredito que um pouquinho de cada um, fiscalizando, acompanhando, como o Deputado Wilson falou também, estruturação da Sema, nós temos burocracias para serem vencidas, estrutura para os nossos servidores. Mato Grosso é grande locomotiva do desenvolvimento econômico do mundo e principalmente na segurança alimentar.

Então, a única... eu só estou reparando essa fala aí, se nós formos cobrar impostos de adubo, fertilizante, insumos agrícolas, calcário, qualquer outra coisa, quem vai pagar é o consumidor, é a dona de casa, é o trabalhador, porque a comida sobe.

Então, eu queria só reiterar isso, manifestar o meu total apoio, temos que zelar principalmente para que o imposto volte também, como é o Fethab. Nós tivemos no governo passado aí, governo que desviou totalmente o Fethab, esse governo está levando mais de 2.500 quilômetros de asfalto para todos os cantos do estado, inclusive lá, Janaina, a MT-208, aí em Colniza, Aripuanã, está sendo asfaltada, Deputado Wilson.

Então, todos os projetos estruturantes, todos, é a MT-140, MT-130, BR-174 agora, que está saindo do papel, BR-163, que vamos estar juntos aí. Independentemente de eu estar como Deputado ou não, gente, eu estou feliz da vida! Está saindo a duplicação da BR-163, eu luto é para isso, tá? E vocês ajudaram.

Então, parabéns a todos pela excelente sessão que nós tivemos. E vamos continuar fazendo a nossa parte, porque Mato Grosso não para e o povo precisa de nós.

Estamos juntos.

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Parabéns, Deputado Xuxu, pela fala.

De fato, antigamente nós não víamos o Fethab ser investido em infraestrutura, hoje o investimento em infraestrutura supera e quase dobra os valores do Fethab.

Então, isso é algo que a sociedade tem que reconhecer.

E nós não estamos criando, como Vossa Excelência disse, nenhum imposto novo, está havendo renovação do fundo que hoje contribui com a infraestrutura e a habitação do Estado de Mato Grosso. Parabéns pela fala, Deputado.

Próximo inscrito, Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Presidente, gostaria de me posicionar aqui quanto a esse imposto do ouro, sobre a PLG - Permissão de Lavra Garimpeira. Eu acredito muito que temos grandes cooperativas, tivemos na comissão de sonexação, eu vi muito deles aqui. Eu acredito que a PLG não deveria ser objeto de taxaço, por se tratar de uma classe de pessoas bastante humildes, que buscam ali naquela atividade, maioria própria... não são empresários, não são geradores de emprego, que buscam ali naquela atividade o sustento da sua família.

Então, eu queria deixar a sugestão para que a gente lutasse para tirar a PLG desse programa, desse projeto de taxaço do ouro, que isso vai inviabilizar várias cooperativas, várias associações, e não é importante a gente trazer mais desemprego, são pais de família que não vão ter

onde trabalhar, são pais de família que vão ter que deixar a sua atividade, já trabalham com muita dificuldade. E aí a gente gostaria que a PLG fosse retirada desse projeto.

Eu quero falar também que sou contrário à taxaço do calcário, apesar de não estar nesse projeto, o calcário, brita, areia, cascalho, de forma alguma, nós podemos trazer... o barro. O barro, nós construímos casa popular com barro, não tem como taxar o barro também, que é uma matéria de ação social, areia de ação social, nossos areeiros também, que têm no nosso Estado de Mato Grosso, que vivem, sobrevivem dessa atividade, com muito trabalho e muita dedicação.

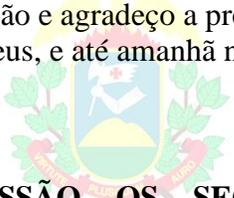
Então, eu queria aqui deixar esse meu posicionamento, se tiver essa situação nessa taxaço, vocês podem ter certeza de que o meu voto vai ser contrário.

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Não havendo mais inscritos então para a Explicação Pessoal, agradeço a presença de todos, especialmente de todas as professoras, mães da escola La Salle, das escolas confessionais que estão aqui; obrigada pela presença, a gente espera votar ainda nesta semana o projeto que trata especificamente das escolas confessionais.  
(A GALERIA SE MANIFESTA.)

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

A SR.<sup>a</sup> PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Então, não havendo mais inscritos, eu declaro encerrada a presente sessão e agradeço a presença de cada um.

Ficamos em Deus, e até amanhã na nossa próxima sessão ordinária.  
(LEVANTA-SE A SESSÃO.)

  
Secretaria de Serviços Legislativos  
Assembleia Legislativa

**(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: CARLOS AVALLONE, DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, DR. JOÃO, NININHO, PAULO ARAÚJO, SEBASTIÃO REZENDE, THIAGO SILVA, ULYSSES MORAES, WILSON SANTOS E XUXU DAL MOLIN. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: PROFESSOR ALLAN KARDEC, DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, LÚDIO CABRAL E VALDIR BARRANCO. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: DR. EUGÊNIO, ELIZEU NASCIMENTO, FAISSAL, GILBERTO CATTANI, MAX RUSSI E VALMIR MORETTO.)**

Revisão: Eunice José de Souza;  
Ivone Borges de Aguiar Argüelio.